

# TRACANDO O FUTURO: SATURNINO DE BRITO. URBANISMO E A CONSTRUÇÃO DA MODERNIDADE REPUBLICANA EM VITÓRIA/ES

 FÁBIO RODRIGO CIRINO LEITE  
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
 VITÓRIA – ESPÍRITO SANTO – BRASIL

## RESUMO

Este artigo analisa a proposta urbanística do *Novo Arrabalde*, concebida entre 1893 e 1896 pelo engenheiro Francisco Saturnino Rodrigues de Brito para a cidade de Vitória, no Espírito Santo, no contexto do primeiro governo de José de Mello Carvalho Moniz Freire (1892-1896). A partir das categorias analíticas de Reinhart Koselleck – *espaço de experiência e horizonte de expectativa* –, investiga-se como o plano traduziu, em linguagem técnica e simbólica, os anseios modernizadores da Primeira República, articulando saneamento, racionalidade urbana e valorização paisagística. O projeto, embora não plenamente executado em seu tempo, antecipou diretrizes que moldariam a expansão urbana da capital capixaba nas décadas seguintes. Ao confrontar as limitações institucionais e econômicas do período com a persistência simbólica da proposta, argumenta-se que o *Novo Arrabalde* configurou-se como expressão emblemática da tensão entre passado e futuro no campo do urbanismo. O estudo contribui para a compreensão histórica dos processos de planejamento urbano no Brasil republicano, evidenciando a relação entre técnica, política e construção do espaço.

**Palavras-chave:** Primeira República; Espírito Santo; Urbanismo.

## ABSTRACT

This article analyzes the urban proposal of the *Novo Arrabalde*, conceived between 1893 and 1896 by engineer Francisco Saturnino Rodrigues de Brito for the city of Vitória, in the state of Espírito Santo, during the first republican government of José de Mello Carvalho Moniz Freire (1892-1896). Drawing on Reinhart Koselleck's analytical categories – *space of experience and horizon of expectation* – the article examines how the plan translated, through technical and symbolic language, the modernization ambitions of Brazil's First Republic, combining sanitation, urban rationality, and landscape appreciation. Although never fully implemented, the project anticipated key principles that would shape the urban expansion of Vitória in the decades that followed. By confronting the institutional and economic limitations of the time with the symbolic persistence of the proposal, the study argues that the *Novo Arrabalde* embodied the tension between past and

\* Mestrando em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Especialista em Direito Processual Civil pela UFES. Especialista em Hermenêutica e Prática Jurídica pela UFES. Bacharel em Direito pela UFES. Licenciando pleno em História pela UFES. Integrante do Laboratório de História das Interações Políticas e Institucionais do Departamento de História da UFES (HISPOLIS). Servidor do Poder Judiciário do Espírito Santo. E-mail: [frcl85@gmail.com](mailto:frcl85@gmail.com).

future in the field of urbanism. The article contributes to the historical understanding of urban planning in republican Brazil, highlighting the relationship between technical expertise, political agendas, and spatial construction.

**Keywords:** First Republic; Espírito Santo; urbanism.

## RESUMEN

Este artículo analiza la propuesta urbanística del *Novo Arrabalde*, concebida entre 1893 y 1896 por el ingeniero Francisco Saturnino Rodrigues de Brito para la ciudad de Vitória, en el estado de Espírito Santo, durante el primer gobierno republicano de José de Mello Carvalho Moniz Freire (1892-1896). A partir de las categorías analíticas de Reinhart Koselleck – *espacio de experiencia y horizonte de expectativa* – se examina cómo el proyecto tradujo, mediante un lenguaje técnico y simbólico, las aspiraciones modernizadoras de la Primera República brasileña, articulando saneamiento, racionalidad urbana y valorización paisajística. Aunque no fue plenamente ejecutado, el plan anticipó directrices que más tarde influirían en la expansión urbana de la capital capixaba. Al confrontar las limitaciones institucionales y económicas del periodo con la persistencia simbólica de la propuesta, el estudio sostiene que el *Novo Arrabalde* constituyó una expresión emblemática de la tensión entre pasado y futuro en el campo del urbanismo. El trabajo contribuye a la comprensión histórica del planeamiento urbano en el Brasil republicano, destacando la relación entre técnica, política y construcción del espacio.

**Palabras clave:** Primera República; Espírito Santo; Urbanismo.

## INTRODUÇÃO

A construção das cidades não é apenas um processo técnico, mas também simbólico e político. Cada traçado urbano, cada escolha de zoneamento ou intervenção sanitária carrega consigo uma concepção de sociedade, de natureza e de tempo. No caso brasileiro, com a ainda recente derrubada da Monarquia (1822-1889), o início do século XX foi marcado pela tentativa de alinhar o cenário urbano aos ideais de modernidade republicana, em um esforço de ruptura com o passado de raízes coloniais e de afirmação de um futuro dito racional e civilizado. É nesse contexto que se insere a atuação do engenheiro e sanitarista – mais conhecido pelos capixabas por dar nome a uma das principais ruas da capital do estado do Espírito Santo – Francisco Saturnino Rodrigues de Brito, cuja obra em diversas cidades brasileiras traduziu, em

linguagem técnica e estética, um ideário reformista profundamente vinculado ao positivismo, ao racionalismo e à nascente preocupação conservacionista.

Este trabalho tem por objetivo analisar a intervenção de Saturnino de Brito na cidade de Vitória, no Espírito Santo, por meio do plano urbanístico do *Novo Arrabalde*, concebido ainda no fim do século XIX, durante o primeiro governo de José de Mello Carvalho Moniz Freire (1892-1896). Como será visto, o plano representou um momento singular na história urbana de Vitória, na medida em que conjugou uma proposta técnica inovadora com uma leitura sensível da geografia local, buscando integrar a lógica do saneamento à contemplação paisagística e à preservação ambiental. O *Novo Arrabalde* surgiu, assim, como expressão de um projeto de cidade voltado a viabilizar e disciplinar a expansão urbana da capital, qualificar o espaço habitável e inscrever, na paisagem, um modelo de civilização então desejado pelas elites republicanas.

Para compreender o alcance histórico dessa proposta urbanística, este trabalho se apoia nas categorias analíticas de Reinhart Koselleck, especialmente as noções de *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa*.<sup>1</sup> Enquanto o *espaço de experiência* diz respeito ao conjunto de vivências passadas que moldam a percepção do presente – memórias, traumas, aprendizados e saberes acumulados –, o *horizonte de expectativa* refere-se às projeções de futuro que orientam a ação humana, influenciadas tanto pelas experiências anteriores quanto por novas possibilidades abertas pelo tempo presente. Essas duas categorias são interdependentes e dinâmicas: o futuro não é mero consectário lógico do passado, moldando-se de acordo com aquilo já conhecido e experimentado e, em especial, com as expectativas presentificadas dos sujeitos, no campo da possibilidade. Ao aplicar essa chave teórica à análise do plano de Saturnino de Brito, pretende-se compreender como a proposta para o *Novo Arrabalde* materializou uma tentativa de superação de experiências urbanas traumáticas, ao mesmo tempo, em que projetou um futuro ordenado, salubre e paisagisticamente valorizado.

O artigo está estruturado em quatro partes. Após esta introdução, o segundo item discute o contexto político da Primeira República (1889-1930) no Espírito Santo, com destaque para

<sup>1</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Brasil: Contraponto, 2006.

os desafios enfrentados pelas elites dirigentes e o papel da capital no projeto de reorganização do poder. O terceiro item apresenta, brevemente, o projeto do *Novo Arrabalde* e os fundamentos técnico-ideológicos de atuação de Saturnino de Brito, analisando esse plano de ocupação de Vitória em suas múltiplas dimensões. Na última parte, reservada às considerações finais, retomam-se os principais argumentos e sugerem-se possibilidades de continuidade da reflexão histórica sobre o urbanismo e o tempo, articulando a leitura temporal da cidade planejada, à luz da teoria de Koselleck.

## A PRIMEIRA REPÚBLICA NO ESPÍRITO SANTO E O PROJETO DE MONIZ FREIRE: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

O ineditismo da experiência republicana, somado ao abrupto desaparecimento da Monarquia e das suas instituições que, em alguma medida, conferiam estabilidade ao regime, mergulhou o Brasil em um longo período de instabilidade. Por isso, não raro, no decorrer da Primeira República, “as disputas políticas dentro das oligarquias se resolviam à bala. Essa violência ia desde o assassinato de desafetos políticos locais até verdadeiras guerras civis que chegavam a exigir a intervenção do governo federal.”<sup>2</sup>

De acordo com Renato Lessa, a monarquia encontrou o seu fim não pela formatação de propostas concretas extraídas de um reformismo republicano unificado, mas pela compreensão de que a queda do Império somente viria de uma coalização nacional contrária ao centralismo então vigente. Antes de se falar na existência de um projeto coerente, seria mais apropriado considerar que, considerando a erosão endógena da Monarquia, “formou-se de forma errática uma coalização de veto, capaz de incluir o delírio separatista domesticado pelo realismo federalista, o ressentimento militar, a ética absoluta da dissidência positivista e o enfado de outros regimes monárquicos.”<sup>3</sup>

A dita *coalizão de veto* ao legado imperial, então, provou-se de natureza altamente destrutiva, lançando os republicanos numa aventura política cujos primeiros anos foram mais caracterizados pela “ausência de mecanismos institucionais próprios do Império do que pela

<sup>2</sup> NAPOLITANO, Marcos. *História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2022. p. 22.

<sup>3</sup> LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. 3 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2015. p. 91.

invenção de novas formas de organização política. O que se seguiu foi uma completa desrotinização da política, o mergulho no caos.”<sup>4</sup> O veto ao Poder Moderador, instrumento de controle do Imperador que, em alguma medida, em conjunto com o Conselho de Estado, conferia estabilidade ao regime, lançou o país numa tumultuosa primeira década republicana.

É por isso que, ao período que se estende entre 1889 e 1898, Lessa dá o nome de *Década do Caos*<sup>5</sup>, descrevendo esse interregno como um momento de profunda fragilidade política e institucional, marcado por crises sucessivas que colocaram à prova a recém-estabelecida República. A transição do Império para o novo regime foi acompanhada da ausência de consenso entre as elites políticas sobre o modelo de governo que deveria prevalecer, agravando as rupturas que caracterizaram o período. A nova ordem, na verdade, carecia de uma base política estável e identidade clara. A ideia republicana, embora gestada há algum tempo, ainda era muito vaga e disputada por diferentes grupos, cujas visões de governo eram bastante contrastantes. Tais divergências tornaram a construção de uma nova ordem extremamente complexa.

Notícia veiculada na alvorada da República dá o tom da realidade desafiadora enfrentada em âmbito nacional:

O Governo Provisório decretou que os indivíduos que conspirarem contra a Republica e seu governo; que aconselharem ou promoverem por palavras, escriptos e actos revolta civil ou indisciplina militar; que tentarem suborno ou alliciação de qualquer genero dos soldados e officiaes contra os deveres superiores da forma republicana; que divulgarem nas fileiras do exercito e na armada noções falsas e subversivas e indispo-los contra a Republica; ou que usarem da embriaguez para insubordinar os soldados, serão julgados militarmente por comissão militar nomeada pelo ministro da guerra e punidos com as penas militares do crime de sedição.<sup>6</sup>

<sup>4</sup> LESSA, 2015, p. 91-92.

<sup>5</sup> LESSA, 2015, p. 61-164.

<sup>6</sup> DECRETO do Governo Provisório. *O Cachoeirano*, Cachoeiro de Itapemirim, n. 1, 5 jan. 1890.

E no Espírito Santo a situação não se apresentou de modo distinto. Como observa Ueber José de Oliveira, que endossa as palavras de José Murilo de Carvalho<sup>7</sup>, “sem nenhum exagero, o Brasil passou, nesses primeiros anos de novo regime, a fase mais turbulenta de sua história.”<sup>8</sup> Nesse sentido, aponta Oliveira que, mesmo passado o período de maior turbulência no plano nacional, promulgada a Constituição de 1891 e consolidada a chamada *Política dos Governadores*<sup>9</sup>, “se sucederam no Espírito Santo nada menos que dezoito presidentes de Estado, sendo que somente entre 1889 e 1892 foram seis diferentes mandatários.”<sup>10</sup>

Em tese de doutorado que aborda o processo de configuração da liderança de José de Mello Carvalho Moniz Freire<sup>11</sup> no Espírito Santo, Leandro do Carmo Quintão assinala que a implantação do regime republicano deixou um vácuo no aparato político-jurídico que sustentava o equilíbrio de poder local. Esse enfraquecimento da capacidade institucional de mediar conflitos levou à predominância da força como instrumento de resolução, evidenciando o que o autor chamou de *crise de legitimidade e vazio das instituições*.<sup>12</sup> Foram nesses

<sup>7</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>8</sup> OLIVEIRA, Ueber José de. Elites políticas capixabas no contexto da Primeira República. *Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo*, Vitória, 2017. p. 118-119.

<sup>9</sup> “Nome com que ficou conhecido o arranjo político promovido pelo presidente Campos Sales (1898-1902) e os governadores e presidentes estaduais com o objetivo de superar as incertezas políticas que marcaram os primeiros governos da República. Baseado no compromisso presidencial de não intervir nos conflitos regionais em troca da garantia do pleno controle do Executivo sobre o Congresso, o acordo incluiu manobras políticas que permitiram minimizar a influência das oposições e selou o comprometimento da presidência da República com as oligarquias dominantes nos estados, estabelecendo um novo equilíbrio entre estes e o poder central. É considerada a última etapa da montagem do sistema oligárquico ou liberalismo oligárquico, que permitiu, de forma duradoura, o controle do poder central pela oligarquia cafeeira.” Ver: DIAS, Carlos Alberto Ungaretti. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/POL%C3%8DTICA%20DOS%20GOVERNADORES.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2025.

<sup>10</sup> OLIVEIRA, 2017, p. 119.

<sup>11</sup> Nascido em 13 de julho de 1861, em Vitória, é oriundo de família poderosa de Vitória. Formado em Direito – estudou na Faculdade de Direito do Recife, concluindo seus estudos na de São Paulo –, advogou ao lado de Affonso Claudio de Freitas Rosa, que viria a ser o primeiro governador da era republicana, e fundou o primeiro jornal diário capixaba, *A Província do Espírito Santo*. Engajou-se na campanha abolicionista e comandou um dos principais partidos republicanos do estado, o *Partido Republicano Construtor*. Governou o Espírito Santo em duas oportunidades: 1892-1896 e 1900-1904. Ver: SALETTO, Nara. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FREIRE,%20Muniz.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2025.

<sup>12</sup> QUINTÃO, Leandro do Carmo. *Oligarquia e elites políticas no Espírito Santo: a configuração da liderança de Moniz Freire*. 2016. 423 f. Tese (Doutorado em História Social das Relações Políticas) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

momentos de crise, entretanto, que as bases do regime republicano começaram a ser definidas. A consolidação seria relativamente alcançada apenas ao final da década, com a ascensão do primeiro presidente civil da República, Prudente de Moraes (1894) e, principalmente, com o início do governo de Campos Sales (1898), com a *Política dos Governadores*.

Segundo Ueber José de Oliveira, é justamente com Moniz Freire que começaria a se consolidar um processo de estabilização institucional no Espírito Santo. Representante das oligarquias mercantis-exportadoras reunidas no Partido Republicano Construtor (PRC), Moniz foi o primeiro a esboçar um plano de reorganização política e econômica de longo alcance para o Espírito Santo, buscando reduzir sua dependência de outras regiões e fortalecer as bases internas de arrecadação e comando.<sup>13</sup>

Nesse sentido, foram reveladoras as palavras de Moniz Freire quando transmitiria o governo estadual para seu primeiro sucessor, Graciano dos Santos Neves (1896-1897), sustentando que, ao assumir o cargo em 1892, o Espírito Santo representava “uma das províncias mais atrasadas e menos importantes do Brasil até o advento da República, nunca tendo chegado a possuir um filho que gozasse de vasto prestígio na política nacional”, a despeito de sua situação geográfica “entre três províncias ricas e poderosas e da sua proximidade da capital do Império.” De acordo com Moniz, embora o estado contasse com terras, bacia hidrográfica e climas excelentes, a sua topografia – montanhas, rios não navegáveis e vales estreitos – dificultava a exploração econômica e afastava os investidores estrangeiros. Aliava-se a isso, ainda segundo Moniz, o suposto descaso do Império na administração orçamentária da província do Espírito Santo, de cuja “penúria não se podia esperar outra coisa senão o abandono em que sempre jazeram os mais vitais interesses do estado.”<sup>14</sup>

Foi com base nesse ideário que Moniz Freire conduziu o seu governo. Diferentemente dos grupos agrofundiários, satisfeitos com a exportação do café capixaba via Rio de Janeiro, o setor representado por Moniz enxergava no reforço da infraestrutura logística do Estado uma via para reter parte significativa da renda gerada pela atividade cafeeira. O objetivo era claro:

<sup>13</sup> OLIVEIRA, 2017, p. 120-121.

<sup>14</sup> FREIRE, José de Mello Carvalho Moniz. Relatório apresentado... *Estado do Espírito Santo*. Vitória, n. 4.219, 27 mai. 1896.



transformar a capital, Vitória, em um centro populoso, comercial e portuário capaz de concentrar as atividades econômicas e arrecadatórias do Espírito Santo, em especial aquelas ligadas ao comércio do café. O projeto de Moniz se apoiou em três pilares estratégicos.<sup>15</sup> O primeiro consistia no investimento em infraestrutura de transportes, com a construção de ferrovias que ligassem o interior produtor de café – sobretudo a região sul – à capital, fazendo convergir o escoamento da produção para o porto de Vitória, cidade que se tornaria um entreposto comercial de cunho regional. O segundo pilar era o incentivo à imigração europeia, com vistas a aumentar a população economicamente ativa do estado e suprir a carência de mão de obra nas lavouras, sobretudo após o fim da escravidão. O terceiro eixo, enfim, estava na modernização estrutural da capital, com ações voltadas à urbanização, ao saneamento, à melhoria da salubridade e à criação de espaços planejados, a exemplo do Novo Arrabalde, encomendado ao engenheiro Saturnino de Brito como um novo bairro para abrigar a elite que, na visão de Moniz Freire, se formaria a partir das atividades ligadas ao café, já que as limitações geográficas de Vitória não ofereciam possibilidade de crescimento compatível com os anseios republicanos.

Essas ações não apenas respondiam a problemas imediatos, como também traduziam uma visão prospectiva do futuro próspero, superando o atraso a que sempre esteve submetido o estado, de acordo com elites republicanas. Por isso, ao transformar Vitória em entreposto comercial e centro logístico regional, Moniz Freire buscava inscrever, no espaço urbano, os ideais de ordem, racionalidade e progresso. Tratava-se de uma reorganização da racionalidade econômica e territorial do estado, com a cidade como símbolo e instrumento do novo tempo.

## **ONOVO ARRABALDE: ENGENHARIA URBANA ENTRE O ESPAÇO DE EXPERIÊNCIA E O HORIZONTE DE EXPECTATIVA**

A proposta de criação do *Novo Arrabalde* na cidade de Vitória, encomendada pelo primeiro governo Moniz Freire (1892-1896) e elaborada pelo engenheiro Francisco Saturnino Rodrigues de Brito<sup>16</sup> entre 1893 e 1896, constituiu um dos marcos mais expressivos da tentativa

<sup>15</sup> OLIVEIRA, 2017, p. 120.

<sup>16</sup> Nasceu em 1864, na cidade de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro. Formado em engenharia civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, especializou-se em engenharia sanitária, vindo a ser, mais tarde, um dos



de racionalização e modernização urbana empreendida na capital do Espírito Santo. Como mostram as pesquisas de Carlos Teixeira de Campos Júnior<sup>17</sup>, Braz Casagrande<sup>18</sup> e Diones Augusto Ribeiro<sup>19</sup>, todas utilizadas para este trabalho, tratou-se de uma intervenção urbana que, embora não plenamente executada em seu tempo, projetou no espaço urbano capixaba um modelo de cidade moderna alinhada aos ideais republicanos, sanitários e técnicos da virada do século.

Ocupando geograficamente posição central no estado, Vitória destaca-se pela pequena extensão territorial. Mesmo após sucessivos aterros, o município conta, hoje, com 97,123 km<sup>2</sup>, alcançando a 76ª posição dentre os 78 municípios do estado. No País, dentre 5.571 municípios, Vitória ocupa a posição de número 5.169. Paradoxalmente, Vitória é o município que ocupa o 1º lugar do estado em densidade demográfica e o 35º no Brasil.<sup>20</sup>

Se com o atual estágio de avanço tecnológico a geografia acidentada de Vitória já é capaz de impor severas limitações à expansão da cidade, deve-se ter em mente o que isso representava ao fim do século XIX. Com áreas tomadas por mangues, morros e terrenos considerados insalubres, dificultando tanto o crescimento populacional quanto a estruturação de uma malha urbana funcional, Vitória, ao tempo da elaboração do projeto do *Novo Arrabalde*, sofreu com a ocupação desordenada, a falta de saneamento básico e a ausência de planejamento integrado<sup>21</sup>. Além do isolamento espacial dentro do próprio território estadual – na medida em que não havia ligações de transporte terrestre entre a Capital e as regiões produtoras do norte e

---

maiores especialistas nessa área em âmbito nacional. Destacou-se pela organização de projetos de saneamento em grandes centros urbanos brasileiros, como Santos/SP, Recife/PE, Vitória/ES, Petrópolis/RJ, Aracaju/SE e Pelotas/RS. Suas obras técnicas foram adotadas no Brasil e no exterior, em países como Estados Unidos, França e Inglaterra. Ver: SATURNINO de Brito poderá tornar-se patrono da engenharia sanitária. *Agência Senado*, Brasília, 4 fev. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/02/04/saturnino-de-brito-podera-tornar-se-patrono-da-engenharia-sanitaria>. Acesso em: 3 jul. 2025.

<sup>17</sup> CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. *O Novo Arrabalde*. Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996.

<sup>18</sup> RIBEIRO, Diones Augusto. *Busca à “primeira grandeza”*: o Espírito Santo e o governo Moniz Freire. 2008. 177 f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

<sup>19</sup> CASAGRANDE, Braz. *Novo Arrabalde*: conservação e ocupação urbana na concepção do projeto de expansão da cidade de Vitória. 2011. 188 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

<sup>20</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *IBGE Cidades*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/vitoria/panorama>. Acesso em: 1 abr. 2025.

<sup>21</sup> RIBEIRO, 2008, p. 133-162.

do sul –, Campos Júnior destaca o cenário de letargia no desenvolvimento de Vitória cujo povo, segundo cronista da época, “se deixa arrastar melancolicamente pela rotina; nenhum empreendimento marcante: nem no terreno das construções materiais, nem no campo social; falta, talvez, de uma elite que marchasse à vanguarda.”<sup>22</sup> Esse *espaço de experiência*, marcado por precariedades físicas e estruturais, condicionava profundamente o modo como se pensava a cidade, ao mesmo tempo, em que produzia a urgência por intervenções modernas, especialmente após o projeto idealizado por José de Mello Carvalho Moniz Freire para a capital, como tratado no item anterior.

Moniz Freire, ainda segundo Campos Júnior,

[...] teve um papel singular dentro da nova era republicana capixaba. Foi quem inaugurou uma certa estabilidade política, a partir da instalação da República, no seio da classe que exercia o poder. Durou o seu [primeiro] governo os quatro anos de mandato e foi muito favorecido pela distinta situação econômica por que passava o Espírito Santo no período. As elevadas safras alcançadas na produção cafeeira atingiram índices nunca vistos na história capixaba.[...]

Todas as iniciativas de Muniz Freire se voltavam para construir um grande centro populoso, como primeiro passo ao desenvolvimento. Para esse intento não mede esforços. Acreditava, o governante, que o incremento da atividade comercial formaria um grande centro que, efetivamente, traria o progresso. A proposta de Muniz Freire voltava-se para tornar Vitória o grande centro comercial do Estado e, quiçá, levá-la a exercer também alguma polarização sobre regiões mineiras. Concentrar o comércio era a meta.<sup>23</sup>

É nesse contexto que se inseriu o plano do *Novo Arrabalde*, a cargo da recém-criada *Comissão de Melhoramentos da Capital* – com execução pela *Companhia Torrens*<sup>24</sup> – e confiado a Saturnino de Brito, que, à época, já era reconhecido por sua formação técnica e adesão aos ideais do racionalismo e do higienismo. O engenheiro partia de um entendimento integrado entre engenharia sanitária, preservação ambiental e valorização estética da paisagem,

<sup>22</sup> CAMPOS JÚNIOR, 1996, p. 123-124.

<sup>23</sup> CAMPOS JÚNIOR, 1996, p. 143-149.

<sup>24</sup> QUINTÃO, 2016, p. 260.

adotando uma abordagem técnico-científica que visava não apenas ao controle das doenças, mas também à construção de uma cidade mais funcional, racional e saudável.

O plano previa a expansão da cidade para além dos limites do que hoje é o centro antigo, com a criação de uma nova zona urbana que integraria aspectos sanitários, paisagísticos e de infraestrutura. Alcançando área de domínio particular, em uma espécie de desapropriação, o *Novo Arrabalde* foi projetado para ocupar o que corresponde, atualmente, aos bairros da Praia do Canto, Praia do Suá, Praia de Santa Helena, Santa Lúcia, Bento Ferreira e Jucutuquara. O plano incluía amplas avenidas – como a Norte-Sul, Avenida da Penha, Avenida Ocidental e Avenida Ordem e Progresso, respectivamente, as atuais Leitão da Silva, Reta da Penha, Rio Branco e César Hilal com Desembargador Santos Neves<sup>25</sup> – e previa atender uma população estimada em 15 mil pessoas, com lotes limitados a sete moradores cada.<sup>26</sup>

A proposta incluía um zoneamento funcional com praças ajardinadas, áreas de preservação ambiental – com a conservação de morros e matas –, um cemitério – o *Bosque Sagrado*, previsto para a atual região do Barro Vermelho –, passeios públicos com vista para o mar no Morro da Barrinha (hoje, ocupado pelo *Colégio Sagrado Coração de Maria*), um hospital na Praia do Suá e um sistema de abastecimento de água e gás que seguiria o traçado das linhas de bonde. Ao contrário de reformas caracterizadas por grandes intervenções e pela monumentalidade, Saturnino de Brito optou por valorizar a topografia natural e utilizar os elementos paisagísticos a favor da salubridade e da estética. Aliás, foi a estética que determinou a orientação da Avenida da Penha – atual Reta da Penha – em direção ao convento erguido em Vila Velha. No contexto do saneamento, havia uma grande preocupação da interação entre projeto e meio, com os traçados sempre voltados à circulação do ar e das águas – pluvial e de esgoto –, especialmente por meio do conhecimento apurado das curvas de nível e principais linhas de drenagem natural.<sup>27</sup>

Defende-se, assim, que o plano de Saturnino de Brito representou a tentativa de inscrever, na paisagem de Vitória, um *horizonte de expectativa* moderno e ordenado. Inspirado

<sup>25</sup> BRITO, Francisco Saturnino Rodrigues de. *Projecto de um Novo Arrabalde*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil; Vitória: Arquivo Público Estadual do Espírito Santo, 1996. p. 23-24.

<sup>26</sup> RIBEIRO, 2008, p. 158.

<sup>27</sup> CASAGRANDE, 2011, p. 144-167.

nos preceitos positivistas e na engenharia urbana europeia, o projeto articulava um futuro desejável de salubridade, controle e embelezamento urbano. Porém, esse ideal encontrou barreiras significativas com a virada do século.

A grave crise fiscal enfrentada pelo Estado – especialmente com a crise do café – ocasionou a queda acentuada da arrecadação entre 1895 e 1899 e acabou por minar as bases econômicas que sustentariam a realização do projeto<sup>28</sup> A falta de capital e a ausência de um mercado imobiliário consolidado comprometeram a efetividade da proposta. Houve, então, o colapso do projeto, tal como idealizado. Em 1896, a Comissão de Melhoramentos da *Capital* foi extinta e, no ano seguinte, foi rescindido o contrato firmado entre o estado do Espírito Santo e a Companhia Torrens, que seria a responsável pela implementação da infraestrutura necessária e comercialização dos terrenos. A imigração em massa prevista por Moniz Freire também não se concretizou como o esperado, bem como não se tornou realidade o sistema viário que conectaria Vitória ao local designado para o novo projeto. Assim, a conjugação entre expectativas modernizadoras e um ambiente político-econômico adverso resultou na suspensão do projeto, cuja realização ficaria sobrestada por várias décadas.<sup>29</sup>

Contudo, o *Novo Arrabalde* não desapareceu como ideia. Tentativas de ocupação foram retomadas a partir das décadas seguintes, nos governos de Jerônimo de Sousa Monteiro (1908-1912) e seu irmão, Bernardino de Sousa Monteiro (1916-1920).<sup>30</sup> Já nas décadas de 1920 e 1930, os primeiros bairros projetados da região começaram a surgir, como Santa Helena e Praia Comprida<sup>31</sup>. A partir dos anos 1950<sup>32</sup>, com o adensamento populacional e a valorização imobiliária, a área originalmente prevista por Saturnino de Brito passou a ser gradualmente

<sup>28</sup> CAMPOS JÚNIOR, 1996, p. 175-179.

<sup>29</sup> RIBEIRO, 2008, p. 158-159.

<sup>30</sup> A família Monteiro, de Cachoeiro de Itapemirim/ES, lideraria a oligarquia capixaba durante a maior parte da Primeira República. Ambos os irmãos foram criados na fazenda Monte Líbano, uma das mais ricas da região sul do estado. Ver: SALETTO, Nara. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MONTEIRO,%20Jer%C3%B4nimo.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2025; SALETTO, Nara. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MONTEIRO,%20Bernardino%20de%20Sousa.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2025

<sup>31</sup> Praia Comprida compreende, aproximadamente, o que hoje se conhece por Praia do Canto, região posteriormente descaracterizada pelos aterros na região. Ver: BRITO, 1996, p. 214; RIBEIRO, 2008, p. 161.

<sup>32</sup> RIBEIRO, 2008, p. 159-162.

ocupada, consolidando-se, hoje, como um dos principais vetores de expansão urbana da capital.<sup>33</sup>

O projeto do *Novo Arrabalde*, assim, ilustra a relação dinâmica entre as categorias *espaço de experiência* e o *horizonte de expectativa*, conforme propostas por Reinhart Koselleck<sup>34</sup>. O plano urbanístico de Saturnino de Brito incorporava um futuro desejado que não pôde se realizar em seu tempo, mas que permaneceu como possibilidade latente, sendo retomado e adaptado em diferentes contextos históricos. Em vez de fracasso, o *Novo Arrabalde* constituiu uma antecipação simbólica e técnica da cidade que Vitória poderia – e viria – a se tornar. O tempo histórico, nesse caso, revelou-se não linear, mas tensionado entre rupturas e permanências, entre esperanças frustradas e realizações diferidas, e é justamente nessa tensão que o urbanismo também se inscreve como parte de estudo do passado, construção do presente e expectativa de futuro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão da cidade de Vitória, no Espírito Santo, revela, ao longo do tempo, a complexa articulação entre técnica, política e simbologia. O plano do *Novo Arrabalde*, idealizado entre 1893 e 1896, sob o impulso do primeiro governo Moniz Freire (1892-1896) e a competência técnica do engenheiro Francisco Saturnino Rodrigues de Brito, expressa de forma exemplar os anseios de modernização da Primeira República. Enraizado nos ideais do racionalismo urbano, do higienismo e do progresso, o projeto representou um *horizonte de expectativa* que buscava superar um passado supostamente vinculado ao atraso, inscrevendo na paisagem capixaba um novo modelo de civilização – salubre, ordenado e visualmente harmonioso – compatível com o projeto monizista de transformação da capital em um centro

<sup>33</sup> Embora não seja o escopo deste artigo, é importante, para a reflexão do leitor, trazer à luz as conclusões de Campos Júnior, para quem a inobservância das regras de ocupação dos terrenos do *Novo Arrabalde* – em especial, edificar em prazo não superior a dois anos – favoreceu a especulação imobiliária quando do aumento do interesse particular na área. Para o autor, com a aquisição direta dos terrenos nus e revenda a terceiros após a valorização, “houve uma apropriação privada dos investimentos públicos realizados ao longo dos anos. A simples apropriação privada das terras deu o direito a seus proprietários de se beneficiarem dos investimentos públicos através da renda terra gerada e realizada quando da sua posterior venda. Os beneficiários dessa situação não foram certamente aqueles de menor renda.” Ver: CAMPOS JÚNIOR, 1996, p. 197-200.

<sup>34</sup> KOSELLECK, 2006.

populoso, comercial e portuário capaz de concentrar as atividades econômicas e arrecadatórias do estado.

A proposta, no entanto, não se materializou conforme o previsto. As dificuldades econômicas do final do século XIX, agravadas pela crise do café e pela frágil estrutura financeira do estado, impediram a consolidação imediata do empreendimento e revelaram os limites institucionais e econômicos de um projeto cuja ambição técnica superava a capacidade de execução concreta naquele momento. Além disso, a ausência de um mercado imobiliário estruturado impediu que a iniciativa privada assumisse, como se esperava, o protagonismo na ocupação e valorização da nova área urbana. Esse dado revela uma tensão recorrente entre a formulação de projetos públicos e a dependência da adesão privada, algo que continua presente nos debates urbanísticos contemporâneos.

Ainda assim, o *Novo Arrabalde* não se perdeu como ideia. Nas décadas seguintes, seu conteúdo técnico e simbólico foi resgatado e reinterpretado. A ocupação progressiva da área deu concretude – ainda que parcial e tardia – aos traçados imaginados por Saturnino de Brito. Ao aplicar as categorias de Reinhart Koselleck, pode-se afirmar que o plano do *Novo Arrabalde* é exemplo emblemático da relação dialética entre *espaço de experiência e horizonte de expectativa*: o passado de insalubridade e desorganização urbana, vinculado pelo então recém-instaurado regime republicano a uma época de atraso a ser superada, condicionou a demanda por um projeto renovador, que, mesmo frustrado inicialmente, permaneceu como possibilidade latente, sendo atualizado conforme os desafios próprios de cada época.

Essa trajetória, além de revelar que a preocupação com o planejamento urbano não é algo recente, oferece lições relevantes para novas intervenções que se pretendam. A geografia singular de Vitória, de área territorial reduzida, mas com altíssima densidade demográfica, continua impondo dificuldades à expansão ordenada da cidade. Morros, mangues e faixas litorâneas exigem um planejamento sensível à topografia e ao meio ambiente, mas também atento às dimensões sociais e econômicas do território. Nesse contexto, é fundamental reconhecer que nenhum plano, por mais tecnicamente elaborado, se realiza sem estrutura institucional sólida, mecanismos de financiamento e engajamento efetivo da sociedade como

um todo. O urbanismo, afinal, não se limita à técnica: ele exige articulação política, compromisso público e mediação entre o ideal e o possível.

Mais de um século após o esboço do *Novo Arrabalde*, Vitória continua a buscar caminhos para equilibrar sua geografia singular com sua vocação de centro metropolitano. Planejar o futuro da cidade demanda mais do que obras ou intervenções pontuais. Exige, sobretudo, uma visão histórica – capaz de aprender e dialogar com o passado –, um olhar ético – atento à justiça espacial e à inclusão – e uma imaginação cívica, disposta a construir, coletivamente, uma cidade mais bela, saudável e democrática.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

BRASIL. GOVERNO PROVISÓRIO. Decreto. *O Cachoeirano*, Cachoeiro de Itapemirim, n. 1, 5 jan. 1890.

FREIRE, José de Mello Carvalho Moniz. *Relatório apresentado*. Estado do Espírito Santo, Vitória, n. 4.219, 27 maio 1896.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *IBGE Cidades*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/vitoria/panorama>. Acesso em: 1 abr. 2025.

SATURNINO de Brito poderá tornar-se patrono da engenharia sanitária. *Agência Senado*, Brasília, 4 fev. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/02/04/saturnino-de-brito-podera-tornar-se-patrono-da-engenharia-sanitaria>. Acesso em: 3 jul. 2025.

### OBRAS GERAIS

BRITO, Francisco Saturnino Rodrigues de. *Projecto de um novo arrabalde*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil; Vitória: Arquivo Público Estadual do Espírito Santo, 1996.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. *O Novo Arrabalde*. Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASAGRANDE, Braz. *Novo Arrabalde: conservação e ocupação urbana na concepção do projeto de expansão da cidade de Vitória*. 2011. 188 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

DIAS, Carlos Alberto Ungaretti. Política dos Governadores. In: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. *Dicionário*



*Histórico Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, [s.d.]. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/POL%C3%8DTICA%20DOS%20GOVERNADORES.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2025.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Brasil: Contraponto, 2006.

LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2015.

NAPOLITANO, Marcos. *História do Brasil república: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2022.

OLIVEIRA, Ueber José de. Elites políticas capixabas no contexto da Primeira República. *Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo*, Vitória, 2017.

QUINTÃO, Leandro do Carmo. *Oligarquia e elites políticas no Espírito Santo: a configuração da liderança de Moniz Freire*. 2016. 423 f. Tese (Doutorado em História Social das Relações Políticas) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

RIBEIRO, Diones Augusto. *Busca à “primeira grandeza”: o Espírito Santo e o governo Moniz Freire*. 2008. 177 f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

SALETTTO, Nara. Freire, Muniz. In: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, [s.d.]. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FREIRE,%20Muniz.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2025.

SALETTTO, Nara. Monteiro, Jerônimo. In: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, [s.d.]. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MONTEIRO,%20Jer%C3%B4nimo.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2025.

SALETTTO, Nara. Monteiro, Bernardino de Sousa. In: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, [s.d.]. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MONTEIRO,%20Bernardino%20de%20Sousa.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2025.

Recebido em: 04/07/2025 – Aprovado em: 04/09/2025